



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001882-09.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **CELIA DE MOURA ROSSIGALLI**
 Requerido: **Tim Celular S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado um plano de telefonia com a ré, a qual passou a cobrar-lhe por serviços não ajustados.

Alegou ainda que mesmo diante de suas reclamações a ré continuou fazendo as cobranças indevidas, culminando por inseri-la perante órgãos de proteção ao crédito.

Almeja à devolução dos valores cobrados sem respaldo e ao ressarcimento pelos danos morais que suportou.

Como anotado a fl. 97, os ofícios de fls. 49/53 demonstram que a ré não promoveu a negativação da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Sendo esse o fundamento para o pleito de reparação dos danos morais, conclui-se que inexistente lastro a tanto, não se podendo olvidar que instada a manifestar-se especificamente sobre o tema a autora permaneceu silente (fl. 99).

De outra parte, e igualmente como assinalado a fl. 97, o pedido para a devolução do que a autora tenciona receber necessitaria da imprescindível precisão, sendo delimitando com exatidão para que fosse líquido.

Como ele não contou com tais contornos na petição inicial, foi determinado à autora que o fizesse para atendimento à regra do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95, com a advertência de que na omissão ele não poderia ser acolhido, mas ela não se manifestou (fl. 99).

Aquela consequência é, portanto, de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**